

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.884 - BA (2019/0149822-5)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : ESTADO DA BAHIA**  
**PROCURADOR : JORGE SALOMÃO OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) -**  
**BA014248**  
**AGRAVADO : SILVIA REGINA FORTI MENDONCA**  
**ADVOGADO : LUIZ FERNANDO SANDE MATHIAS - BA029391**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo ESTADO DA BAHIA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. IMPUTAÇÃO INDEVIDA DE DÉBITO TRIBUTÁRIO. CONSTRIÇÃO EXTRAJUDICIAL EM AUTOMÓVEL DA AUTORA. ILEGALIDADE. PARTE QUE NÃO CONSTA COMO DEVEDORA OU RESPONSÁVEL POR SUPOSTOS TRIBUTOS DEVIDOS POR PESSOA JURÍDICA. PRETENSÃO REPARADORA ÍNTEGRA. MONTANTE FIXADO EM PATAMAR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Nos termos de certidão de lavra da Junta Comercial às fls. 187, a recorrida compôs o quadro social da pessoa jurídica de que se cuida até o ano de 1992, e jamais ocupou a condição de sócia gerente/administradora de modo que, nos termos do Código Tributário Nacional, em seu art. 135, II, não pode ser responsabilizada por eventuais tributos inadimplidos.

2. Assim o é, inclusive, em razão de que nenhuma das cobranças administrativas efetivadas pelo Fisco fora direcionada à apelada, e nem tampouco a Certidão de Dívida Ativa - CDA consta o seu nome, como responsável tributária. Acresça-se, ainda, que no bojo da execução fiscal nº 0043892-20.1995.8.05.001, em que se controverte os débitos oriundos do ilícito perpetrado à autora nesta ação, não consta a acionante sequer como parte, codevedora, ou responsável pelos tributos, menos ainda logrou ser efetivado qualquer pedido de redirecionamento em seu desfavor.

3. *In casu*, o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) fixado na sentença recorrida se revela proporcional aos gravames impostos à autora, que, inadvertidamente, foi surpreendida por ato de constrição

ao seu patrimônio, por ocasião de dívida que lhe fora indevidamente imputada em valor superior a meio milhão de reais.

4. Recurso conhecido e não provido" (fls. 288/289e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 297/306e), os quais restaram parcialmente acolhidos, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO EM APRECIAR O PEDIDO DE MINORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. OCORRÊNCIA. SUPRIMENTO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. INEXISTÊNCIA DE DEMAIS VÍCIOS NO ARESTO. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS PARA SANAR OMISSÃO SEM ALTERAÇÃO DO JULGADO.

1. Da análise das razões perpetradas pelo Embargante, depreende-se razão para lhe assistir no tocante à omissão do acórdão relacionada ao pleito de diminuição da verba honorária. Imiscuindo-se ao cerne da pretensão, tem-se que o intento do Recorrente, nesse particular, não merece acolhimento.

2. No mais, a via estreita dos aclaratórios, enquanto apelo integrativo, permite apenas a insurgência do recorrente em face de questões formais que maculem o julgado, notadamente a existência de omissão, obscuridade, contradição ou erro material; o que não se observa no caso em apreço, na medida em que o julgado se revela íntegro e coeso, tendo analisado de forma suficiente a matéria objeto da lide.

3. Embargos parcialmente acolhidos, sem modificação do julgado" (fl. 320e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos artigos 489, §1º, IV e 1.022, II, do CPC/2015, pois: a) o Tribunal de origem "não observou os princípios da proporcionalidade e razoabilidade para a fixação do valor da indenização por dano moral, decorrente de penhora proveniente de dívida tributária, cuja CDA ostenta o nome do corresponsável, aqui Recorrido, embora não mais figurasse no quadro societário da empresa executada, contrariando precedentes do e. STF e deste r. Sodalício" (fl. 338e); b) "pela sistemática do novo CPC, em seu art. 489, § 1º, IV, o juiz ou tribunal é obrigado a enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo, pois na espécie, não houve a apreciação desses pedidos: de que o *quantum* indenizatório fosse fixado com base no contexto fático-probatório e a revisão da condenação dos honorários advocatícios sucumbenciais,

ensejaria prejuízo à Fazenda Pública" (fl. 347e); c) "constou na apelação pedido expresso de revisão do valor da verba honorária sucumbencial fixada na r. decisão vergastada, sem, contudo, ter havido enfrentamento da questão quando do julgamento pelo e. Tribunal *a quo*, permanecendo omissa, mesmo depois da oposição de embargos declaratórios da Fazenda Pública" (fls. 347/348e)

Por fim, requer "a este e. STJ se digne CONHECER e DAR PROVIMENTO a este REsp para reformar o v. acórdão vergastado, determinando que o Tribunal *a quo* promova novo julgamento dos Embargos Declaratórios, enfrentando as questões suscitadas nas razões do recorrente" (fl. 348e).

Contrarrazões a fls. 353/365e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 367/370e), foi interposto o presente Agravo (fls. 374/388e).

Contraminuta a fls. 395/410e.

A irresignação não merece prosperar.

Em relação aos arts. 489, §1º, IV e 1.022, II, do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente, **in verbis**:

"Com referência ao *quantum* arbitrado pelo magistrado de piso, melhor sorte não assiste ao apelante porquanto o montante consignado na sentença fustigada, longe de se afigurar excessivo, caracteriza-se, ao revés, adequado à casuística tratada na lide.

Deste modo, a par da incontroversa subjetividade que reflete a mensuração econômica do valor equivalente ao prejuízo moral discutido em determinado caso concreto, é certo que o julgador deve ponderar, entre outras coisas, sobre a qualidade do atingido e capacidade financeira do ofensor, inibindo futuras incidências sem, no entanto, ocasionar insuportável gravame patrimonial e nem proporcionar enriquecimento ilícito ao lesado. Tem-se assim que o princípio da razoabilidade deve se fazer imperar, impedindo que através de uma pretensa reparação justa e eficaz, se perfaçam interesses estranhos à finalidade para a qual a via jurisdicional fora acionada.

(...)

*In casu*, o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) fixado na sentença recorrida se revela proporcional aos gravames impostos à autora, que, inadvertidamente, foi surpreendida por ato de constrição ao seu patrimônio, por ocasião de dívida que lhe fora indevidamente

imputada em valor superior a meio milhão de reais" (fls. 292/293e).

Constou, ainda, do acórdão que julgou os Embargos Declaratórios:

"Da análise da razões perpetradas pelo Embargante, depreende-se razão lhe assistir no tocante à omissão do acórdão relacionada ao pleito atinente à verba honorária.

De fato, imiscuindo-se ao cerne da pretensão, tem-se que o intento do Recorrente, nesse particular, não merece acolhimento.

Nessa senda, à época da condenação supra, estava em vigor o Código de Processo Civil/1973, de modo que o percentual de 10%, sobre o valor da causa, em se tratando de lide que tem como objeto tanto indenização por dano moral, bem ainda pedido declaratório de inexistência de relação jurídica - esta última sem valor estimável imediato - está em consonância com o art. 20, §4º, da reportada lei adjetiva civil.

Em reforço, a discordância manifestada quanto ao valor da causa, base de cálculo sobre a qual recairá a dita condenação, não logrou externalizada em nenhum momento durante a tramitação da lide, daí porque não pode o Estado da Bahia, já agora, se insurgir sobre o referido patamar, sobretudo quando não logrou, ao tempo e ao modo, impugná-lo.

E dizer que a omissão estatal chancela a idoneidade do montante atribuído à causa, inclusive ao fito de promovê-la como paradigma ao cálculo da verba honorária" (fl. 322e).

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.666.265/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018; STJ, REsp 1.667.456/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017; REsp 1.696.273/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017.

Por outro lado, revela-se "inviável o conhecimento do recurso pela divergência jurisprudencial no tocante ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, pois a comprovação de violação desse dispositivo legal depende da ocorrência ou não de omissão, contradição ou obscuridade em cada caso concreto, dadas as peculiaridades da causa" (STJ, AgInt no AREsp 1.285.012/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 29/03/2019).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **negar provimento** ao Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

